

DINÂMICA REGIONAL URBANA, CONDIÇÕES DE VIDA E DESIGUALDADES NO CENTRO-OESTE DO BRASIL

FERNANDO NEGRET FERNANDEZ¹

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo estudar a dinâmica e as mudanças nas regiões e cidades dos estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal, analisar e explicar os diversos fatores que promoveram e promovem a urbanização, o crescimento desigual das regiões e cidades e a reorganização dos sistemas regionais urbanos. Foram igualmente avaliadas as mudanças nas condições de vida da população e a situação das terras indígenas. Finalmente se apresentam algumas considerações para subsidiar políticas públicas orientadas a atenuar essas desigualdades socioambientais. Foram utilizadas informações demográficas, de produção agrícola e industrial relacionadas com a urbanização e como indicadores de mudanças nas condições de vida nos estados foram comentados alguns dados disponíveis sobre as instalações de água e esgoto, equipamentos de saúde e mortalidade infantil.

Palavras Chave: Dinâmica Regional Urbana, Urbanização, Desigualdades, Condições de Vida.

Abstract

This paper aimed to study the dynamics and changes in regions and cities of the Brazilian Midwest states

and the Federal District, analyze and explain the various factors that promoted and promote urbanization, uneven growth of regions and cities and the reorganization of regional urban systems. Were also evaluated changes in the conditions of life and the situation of indigenous' lands. Finally some considerations are presented to support public policies to attenuate social and environmental inequalities. There were used demographic, agricultural and industrial production data and some available informations about water and sewage, health infrastructure and child mortality as indicators to report life condition changes.

Key-Word: Regional Urban Dynamic, Urbanization, Inequalities, Living Conditions.

JEL: R11; R13; R58

Introdução

A região Centro-Oeste é um dos territórios do Brasil onde têm

sido promovidas e induzidas pelo estado mais intensamente políticas públicas de ocupação e desenvolvimento regional, as quais têm ocasionado uma dinâmica regional e urbana complexa e diversa. Este trabalho se orientou ao análise dessa dinâmica e as mudanças sócio-ambientais que foram aceleradas por meio de fortes programas de incentivos públicos para a produção de grãos e a pecuária no cerrado e que geraram os mais altos índices de urbanização nas décadas de 70 e 80. Nesse período Brasília se consolidou como um centro regional que contribuiu ao processo de concentração urbana no Distrito Federal e no seu entorno.

A partir desse período diversas regiões e municípios dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul experimentaram grandes mudanças econômicas, sociais e ambientais, muitas delas como consequência do agronegócio, mas não todas como geralmente se acredita, pois são precisamente uma diversi-

Doutor em Economia, Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional nas Faculdades Alves Faria – ALFA. Pesquisador e professor nas áreas de desenvolvimento e planejamento regional e urbano, gestão do território e meio ambiente. E-mail: fenegret@uol.com.br

dade de fatores como a indústria, o turismo, os serviços e a localização estratégica de regiões e cidades, os que impulsionaram e consolidaram um processo de urbanização complexo e diverso no Centro-Oeste do Brasil. Essa urbanização significa a consolidação de centros urbanos com trajetória histórica, mas também de novas cidades, o que ocasionou mudanças na hierarquia urbana e nos sistemas regionais urbanos nos estados.

As mudanças na hierarquia das cidades estão correlacionadas com o crescimento demográfico, a localização de agroindústrias, de indústrias e serviços diversos, mostrando que a urbanização é um processo complexo que implica ao mesmo tempo a concentração da produção, do capital e da população.

Neste trabalho se apresenta inicialmente um breve referencial teórico no qual se discute a perspectiva da análise e se assinala crucial importância às atividades econômicas como determinantes da dinâmica regional urbana, da aceleração da urbanização e das desigualdades que se foram ampliando com a ocupação do território do Centro-Oeste. Os resultados destacam os efeitos das principais políticas públicas na ocupação do território, o papel do agronegócio e das agroindústrias na dinamização regional e urbana, a industrialização e a localização dos diversos serviços, incluindo os financeiros, como fatores que ocasionaram movimentos demográficos, a urbanização, consolidação e surgimento de sistemas regionais urbanos, bem como mudanças nas condições de vida da população, incluindo as comunidades indígenas.

Finalmente se incluem algumas conclusões e sugestões para subsidiar políticas públicas orientadas a atenuar essas desigualdades regionais ao interior dos estados. Entretanto se reconhece que esse propósito é um grande desafio e que somente os estados podem assumir o compromisso social de apoiar as regiões e muni-

cípios que se encontram atrasados, estagnados e inclusive em retrocesso. Sabe-se que as desigualdades sociais, materializadas no nível urbano e regional, são um produto que gera no seu funcionamento o capital e que, nas circunstâncias históricas atuais, somente o estado pode criar instrumentos para atenuá-las.

2. Metodologia: referencial teórico e procedimentos para o desenvolvimento da pesquisa

Os processos de ocupação territorial e os fenômenos que acontecem nas regiões e cidades são a materialização das formas de utilização social do território e dos seus recursos naturais e expressam as características da sociedade que realiza essa ocupação e o uso dos recursos sócio-ambientais. Ou seja, as desigualdades sociais e produtivas nos níveis regional e urbano são o produto e a materialização do funcionamento da sociedade nesses territórios e cidades. É claro que boa parte dessas desigualdades na dinâmica produtiva regional e nas condições de vida regionais está condicionada também pelas potencialidades dos recursos naturais localizados nas regiões.

Neste sentido se assume que o território, com todos seus elementos naturais e aqueles construídos socialmente, é a expressão de processos sócio-ambientais ocorridos historicamente. Para Castells (1976) a ocupação do espaço, incluindo na sua expressão ampla o território, "é um produto social", ou seja, é a materialização das relações sociais que acontecem no seu âmbito, as quais "dão ao espaço uma forma, uma função, um significado social" (CASTELLS, 1976, p. 141). Desta forma, para o autor, as cidades, bem como o território ocupado, expressam a articulação com outros elementos da realidade sócio-ambiental de um determinado período histórico.

Na mesma perspectiva Coraggio (1988) no seu trabalho "Territórios em Transição" faz referência a "es-

pacialidade dos processos sociais" e afirma que "a espacialidade dos diversos fenômenos varia com a natureza diferencial dos mesmos" e que esta é historicamente determinada e não tem caráter universal. Para o autor, a análise e interpretação dos fenômenos territoriais devem ser correlacionadas com os processos sócio-ambientais particulares de um processo histórico específico e neste sentido a "espacialidade está baseada na articulação natureza-sociedade" (CORAGGIO, 1998, p. 31-32).

É igualmente aceito nas principais fontes bibliográficas que, em termos gerais, os processos produtivos são os elementos mais determinantes da ocupação e das transformações no território, incluindo a geração das próprias desigualdades. Ou seja, a ocupação territorial e o desenvolvimento regional desigual estão determinados e se explicam predominantemente por processos produtivos ou sócio-ambientais, incluindo os casos de implantação de cidades e de obras de infraestrutura, que como tais constituem meios para o desenvolvimento das atividades econômicas. É nessa dinâmica que se explica, no contexto do capitalismo, a expansão das cidades, o desenvolvimento regional e as desigualdades entre centros urbanos e regiões.

Convém ressaltar que no caso da região Centro-Oeste existe processos produtivos e experiências de cidades implantadas, como Brasília e Goiânia, que foram fatores determinantes na ocupação do território regional e na expansão de outras cidades. Igualmente foram diversos setores econômicos e da produção setorial os que determinaram mudanças nessa ocupação e urbanização: inicialmente pastos para a pecuária, posteriormente a agricultura com cultivos predominantes como a soja e mais recentemente a cana de açúcar, bem como a industrialização, o comércio ou o turismo em regiões dos estados. As atividades no campo exigem insumos, maquinaria, serviços e atividades de apoio à produção

agropecuária, bem como à força de trabalho ocupada nesses setores, o qual tem contribuído à urbanização e ao crescimento das cidades.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO afirma, com referência ao processo de ocupação da região, que "O crescimento e a modernização foram baseados no agronegócio e na integração com o comércio mundial" (PEDCO, 2008, p. 20). Complementarmente o documento aponta que "até a década de 70 foram criadas as condições para um novo ciclo de crescimento e modernização da economia do Centro-Oeste, que se aceleram nas últimas três décadas, ao combinar integração físico-territorial e comercial com ocupação econômica e demográfica da fronteira oeste (PEDCO, 2008, p. 21)".

Essa integração territorial e a ocupação econômica e demográfica a partir do agronegócio no Centro-Oeste é uma visão que contribui evidentemente para explicar a dinâmica e as transformações socioambientais na ocupação do território e na expansão das cidades. Entretanto cabe ressaltar que esse processo é altamente complexo e implica políticas públicas diversas, agentes sociais diferentes e, sobretudo setores econômicos distintos. Essa foi a perspectiva desta pesquisa e nesse sentido foi identificada uma significativa diversidade de fatores que determinaram a dinâmica da ocupação territorial e o crescimento de centros urbanos em regiões específicas.

Este artigo foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa "Ocupação Territorial e Prioridades Sócio-Ambientais no Centro-Oeste do Brasil", a qual se apoiou em informação secundária de fontes estatísticas como IBGE, Ministérios, Embrapa, IBAMA e de órgãos dos estados e do Distrito Federal. A bibliografia incorpora aspectos sobre história, demografia, produção agropecuária e industrial, os serviços financeiros e alguns indicadores sociais de condições de vida.

3. Resultados

Principais políticas de estado na ocupação do território no Centro-Oeste

A Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, a construção de Brasília por Juscelino Kubitschek e posteriormente a promoção com incentivos das atividades agropecuárias no Cerrado para a exportação na ditadura militar, se destacam como as principais políticas públicas no século XX para a ocupação do território do Centro Oeste.

A necessidade de incorporar novas áreas para a produção agrícola e pecuária na divisão regional do trabalho que o processo de industrialização da região sudeste demandava gerou A Marcha para o Oeste e como consequência dessa política de estado a ocupação territorial ocorrida nesta região. Segundo Gomides Borges (2000) no final da década de 20 a expansão da fronteira agrícola de São Paulo se intensificou para outros estados "em fase do aumento da demanda de gêneros alimentícios para o mercado interno. O desenvolvimento urbano industrial do Sudeste incrementou a distribuição espacial das atividades econômicas no país e estruturou o espaço agrário nacional." (BORGES, 2000, p. 16).

Posteriormente a transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste é a iniciativa e obra mais relevante e determinante das grandes transformações acontecidas na região desde o início da segunda metade do século XX. No PEDCO afirma-se que "A Marcha para o Oeste ganha novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias do plano de Metas de Juscelino Kubitschek e, reorganiza o território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro" (PEDCO, 2007, p. 21).

A última etapa da ocupação territorial do Centro-Oeste ainda está ocorrendo nos espaços com potencialidade agropecuária que subsistem no Cerrado. Essa etapa se iniciou

com os fortes incentivos federais no governo militar para as atividades do agronegócio, os quais facilitaram uma acelerada expansão da área plantada em agricultura, principalmente grãos, e de pastos para a pecuária de corte para exportação.

No II PND de 1974 foram definidas orientações sobre o papel da agropecuária no desenvolvimento do Brasil nos seguintes termos:

A agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial (PND, 1974, p.16).

Foi dentro dessa perspectiva para o setor agropecuário que a ocupação do Centro-Oeste foi promovida através de incentivos e créditos, os quais facilitaram que a região se constituísse na maior produtora de soja, sorgo, algodão e girassol e a segunda de milho do país. No Centro-Oeste se encontrava em 2007 o maior rebanho bovino do Brasil, com cerca de 58,5 milhões de cabeças (IBGE, SIDRA-2011).

No âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, foi criada em 1967 a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, com o objetivo de coordenar e desenvolver a região. Com esse propósito lhe foi atribuído pesquisar e definir regiões com potencialidade produtiva, bem como os pólos urbanos que apoiariam o desenvolvimento de suas regiões de influência. Nessa perspectiva a SUDECO criou, com base nas orientações do II PND, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO em 1975, o qual foi o mais importante apoio às atividades agropecuárias e a ocupação territorial do Centro-Oeste. Em 1973 foi criada a EMBRAPA a qual se constitui no centro de desenvol-

“

O fenômeno demográfico mais relevante no Centro-Oeste foi a acelerada urbanização regional, que passou de uma proporção igualitária entre a população urbana e rural na década de 1970 para um predomínio da população urbana...

”

vimento da pesquisa agropecuária mais relevante e de reconhecida produção de espécies de grãos e pastos adaptadas às determinantes ambientais da região, principalmente solos e clima.

Segundo a Embrapa e com relação à soja, “nas décadas de 1980 e 1990 repetiu-se, na região tropical do Brasil, o explosivo crescimento da produção ocorrido nas duas décadas anteriores na Região Sul. Em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja era colhida no Centro-Oeste. Em 1980 esse percentual passou para 20%, em 1990 já era superior a 40% e em 2003 estava próximo dos 60%, com tendências a ocupar maior espaço a cada nova safra”. (EMBRAPA SOJA, 2004). Em 2007 a soja ocupava algo mais de 60% do território plantado na região, seguido do milho com 23%. As outras culturas não eram tão representativas, incluindo a cana de açúcar, que apenas iniciava o processo de expansão (NEGRET, 2011, p. 122).

Cabe assinalar que nesta última etapa da ocupação do Centro-Oeste, promovida de forma contundente na década de 70, não foram aplicados critérios de conservação, nem tomadas medidas preventivas para atenu-

ar os drásticos impactos ocasionados sobre os recursos naturais e contribuir para a sustentabilidade. Com a ocupação do território sem controle não foram respeitadas sequer as áreas de preservação permanente estabelecidas por lei e, por esse motivo, a partir desse período se consolidou de maneira acelerada o processo de degradação dos recursos naturais e da biodiversidade do cerrado. **O agronegócio como determinante inicial das mudanças regionais e urbanas, da urbanização e da concentração econômica em regiões no Centro-Oeste**

O fenômeno demográfico mais relevante no Centro-Oeste foi a acelerada urbanização regional, que passou de uma proporção igualitária entre a população urbana e rural na década de 1970 para um predomínio da população urbana em 2007, com 86,81% do total da região. Destaca-se o período entre 1970 e 1980 como o de maior dinâmica de urbanização, ao passar de 48,05% em 1970 para 67,78% em 1980 (Tabela 1). Esse período foi exatamente aquele influenciado pelo I PND de 1967 e II PND de 1974 e no qual ocorreu o maior processo de urbanização na história do Brasil. Na Tabela 1 pode ser constatado que a partir de 1996 houve um período de estabilização com leve declínio dos índices de urbanização e finalmente entre 2000 e 2007 um crescimento mais reduzido comparado com as décadas de maior expansão.

Essa urbanização significou o crescimento de diversas cidades que tiveram um primeiro impulso pelas atividades do agronegócio nas regiões com melhores terras agrícolas e se foram consolidando em sistemas regionais de várias cidades vizinhas ou em eixos regionais urbanos com base nas vias principais da região (Figura 1). Esses sistemas de fluxos de bens e serviços integrados por conjuntos de cidades e regiões produtivas ampliaram as desigualdades regionais. Dentre essas cidades houve a consolidação de algumas com trajetória histórica nos estados, bem como a expansão de pequenos assentamentos existentes ou o surgimento de novos centros urbanos a partir do desenvolvimento das atividades econômicas industriais e de serviços. A expansão das cidades significou igualmente a consolidação de sistemas regionais urbanos existentes há décadas, bem como o surgimento de outros novos promovidos pelas atividades de apoio à produção do agronegócio. De fato, boa parte das cidades com maior crescimento da população são aquelas que estão inseridas nas regiões de maior expansão produtiva, como se descreve a seguir e se poderá constatar na Tabela 2. Essa expansão ampliou as desigualdades regionais e urbanas.

Tabela 1
Comportamento demográfico do Centro-Oeste no período 1970 - 2007

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1970	5.073.258	2.437.378	48,05	2.635.880	51,95
1980	7.545.769	5.114.489	67,78	2.431.280	32,22
1991	9.432.601	7.668.122	81,30	1.764.479	18,70
1996	10.520.579	8.884.936	84,45	1.635.643	15,55
2000	11.636.731	10.092.979	84,73	1.543.752	15,27
2007	13.562.870	11.773.800	86,81	1.789.070	13,19

Fontes: IBGE. Ocupação do Território e Prioridades Socioambientais. Elaboração desta pesquisa.

Segundo o Estudo Ocupação Territorial e Prioridades Socioambientais no Centro-Oeste do Brasil (2011), no estado de Goiás se distinguem três regiões com processos de urbanização relevante e localização geográfica distante que obedecem a processos sócio-econômicos distintos e tem integrado sistemas regionais urbanos com as zonas rurais produtivas da sua influencia.

Em primeiro lugar destaca-se o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, integrado pela Capital Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, por Anápolis a segunda cidade de Goiás com um importante distrito industrial e a Região Metropolitana de Goiânia – RMG, na qual se localizam, entre outros, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia, dois municípios com maior dinâmica demográfica que a Capital Goiânia. Essas duas cidades apresentam respectivamente a primeira e quarta maior taxa de crescimento demográfico de Goiás e uma expansão de 916,9% e 291,2% do pessoal ocupado no setor industrial. Desta forma, pode-se estabelecer uma relação entre o processo de industrialização nos dois municípios e seu crescimento demográfico, na medida em que houve um incremento importante na criação de empregos na indústria.

Outra dinâmica significativa no estado de Goiás ocorre na região Sudoeste, onde estão localizadas as melhores terras e municípios de grande produção agrícola e agroindustrial, tais como Rio Verde, Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu. Estas cidades, capitais municipais, apresentam crescimentos significativos, sendo que Rio Verde e Mineiros têm das maiores taxas de expansão demográfica do estado, excetuando algumas cidades da RMG e da região do entorno de Brasília, onde a dinâmica acontece sob a influência da capital federal e da capital goiana.

Acelerado crescimento urbano acontece também nas capitais de novos municípios produtores, tais como Cristalina e Catalão. No primeiro caso sob a influência de uma expansão dos cultivos de soja, milho, feijão e sorgo e, no segundo, promovido, além dos cultivos de soja e milho, pelos fluxos de produção, capital e pessoas que geram as indústrias Mitsubishi e John Deere ali implantadas.

No estado de Mato Grosso distinguem-se várias cidades antigas

e novas com expansão demográfica acelerada que tem integrado e estão integrando sistemas regionais urbanos no território estadual. O principal sistema é evidentemente o eixo Várzea Grande – Cuiabá – Rondonópolis, cuja hierarquia está determinada pela presença da capital do estado e por ser a região com o maior número de habitantes e os mais intensos fluxos de pessoas, bens e serviços. Outra região de grande dinâmica econômica e demográfica está localizada sobre o eixo Cuiabá-Santarém, e nela está já constituído outro sistema regional urbano integrado, entre outros, pelos municípios de Nova Mutum, Lucas de Rio Verde, Sorriso e Sinop. Estes quatro municípios são grandes produtores de soja, milho, sorgo e algodão, sendo que precisamente Sorriso e Lucas do Rio Verde, apresentam as duas mais altas taxas de crescimento demográfico do estado e, Sinop apresenta a quarta. Esta é uma clara correlação entre expansão econômica e demográfica, pois esses dois municípios também se destacam pela dinâmica de sua produção agrícola. A mais nova região de produção agrícola com agrupação relevante de municípios se localiza no Oeste do estado na Chapada dos Parecis. Nela se está consolidando um sistema regional urbano integrado, entre outros, pelos municípios de Tangará da Serra, Sapezal, Diamantino, Campo Novo dos Parecis, Nova Olinda e Barra do Bugres. Esses municípios são importantes produtores de grãos e Tangará da Serra e Barra do Bugres, são os principais centros urbanos dessa região e apresentam altas taxas de crescimento como pode se constatar na Tabela 2.

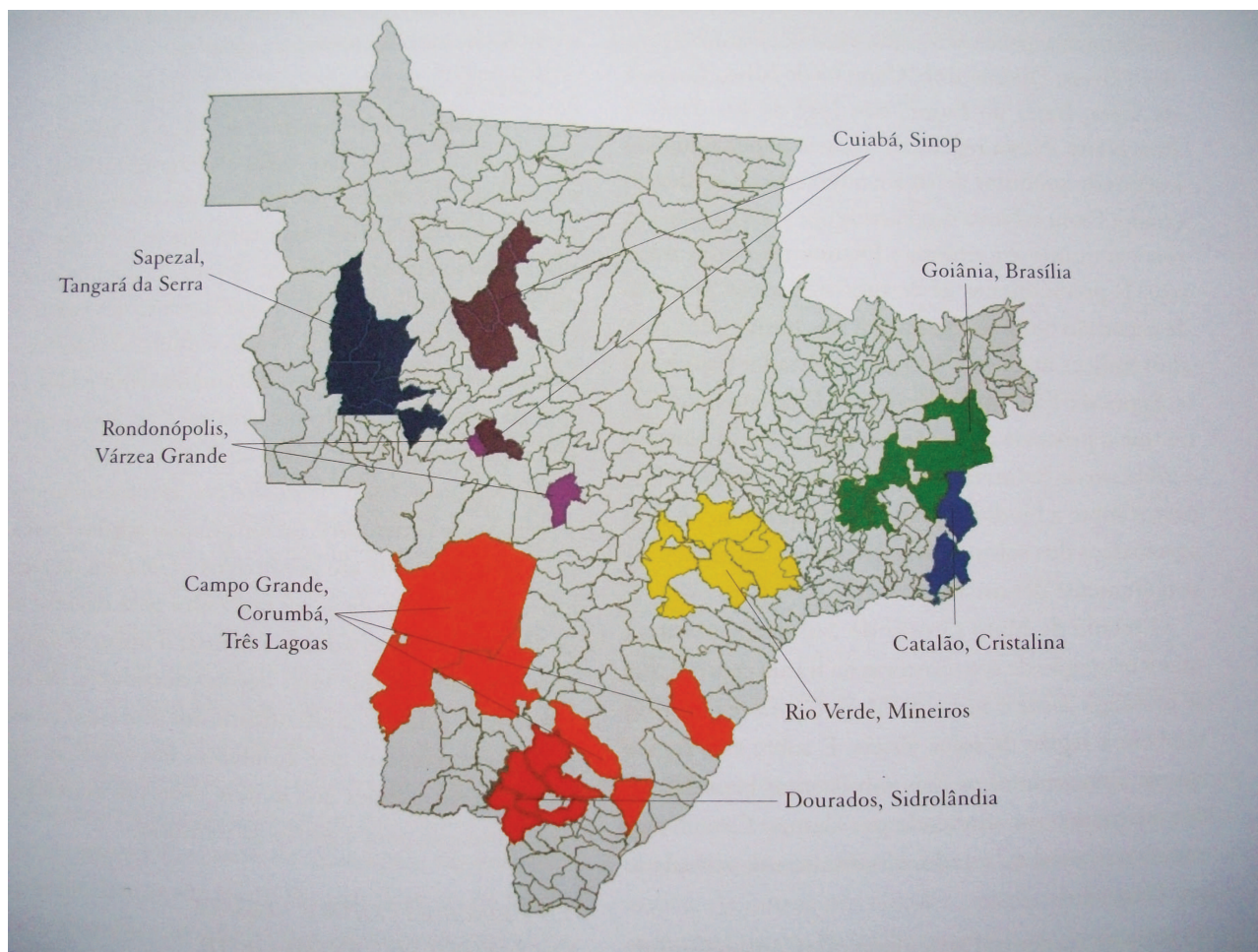
Em Mato Grosso do Sul existem dois sistemas regionais urbanos com localização e funcionamento diferenciado quanto à proximidade das cidades. Um sistema estabelecido

pela capital estadual Campo Grande com base em fluxos de população e serviços decorrentes da sua função administrativa, assim como de fluxos de bens e serviços para atendimento da maior concentração de habitantes no estado. Este sistema é mais disperso territorialmente e opera entre a capital com centros urbanos de relevância histórica como Corumbá e Três Lagoas e de relevância econômica regional como Dourados, a segunda cidade do estado e de grande dinâmica nas atividades agrícolas, agroindustriais e de serviços. É em torno de Dourados que existe outro sistema regional urbano mais agrupado territorialmente e integrado pelos municípios de Maracaju, Ponta Porá, Rio Brillhante, Sidrolândia, Aral Moreira e Laguna Carapá, entre outros, todos grandes produtores principalmente de soja. Neste segundo sistema é bem claro como as atividades agrícolas desenvolveram uma economia dinâmica e promoveram uma integração entre as capitais municipais através de fluxos de pessoas, bens e serviços, principalmente relacionados com a produção regional. Dentre desses municípios destacam-se como centros urbanos de grande dinâmica demográfica Sidrolândia, Rio Brillhante e Maracajú. (Tabela 2)

Convém reiterar que é evidente que potencialidades inicialmente agrícolas em regiões específicas dos estados fortaleceram e criaram sistemas de cidades e consolidaram uma ocupação e desenvolvimento regional concentrado e desigual, como pode ser constatado na Figura 1². Nessas regiões ou sistemas regionais urbanos se concentra grande parte da produção agrícola e industrial do Centro-Oeste, ao tempo que ainda nos três estados existem outras regiões sem essas potencialidades produtivas e se mantém atrasadas e estagnadas.

² O Mapa foi obtido do livro *Ocupação do Território e Prioridades Socioambientais no Centro-Oeste do Brasil*, e mostra os sistemas regionais urbanos onde se localizam de maneira concentrada a produção e a população na região.

Figura 1 - Sistemas regionais urbanos na Região Centro-Oeste



Fonte: Pesquisa Ocupação Territorial e Prioridades Socioambientais do Centro-Oeste do Brasil

Na ocupação do Distrito Federal destaca-se, sobretudo, o intenso processo de urbanização que chega a 54,6% da sua superfície, os 45,4% restantes esta ocupado, em termos gerais, por áreas agrícolas, pecuárias e pelas unidades de conservação. O nível de urbanização do DF é o maior dentre as entidades federadas no país, além de que nos seus limites com os municípios do estado de Goiás, várias cidades tem se desenvolvido aceleradamente e apresentam deficiências em serviços públicos e equipamentos sociais. O predomínio da soja na agricultura se destaca, pois ocupa uma superfície quase igual às outras oito culturas mais importantes no DF.

Dentre as regiões administrativas em que se encontra dividido o DF, quatro dessas áreas, Recanto das Emas, São Sebastião, Riacho Fundo e Planaltina, apareciam como as de maior crescimento demográfico (Tabela 2), além de serem também as cidades onde moram as classes sociais mais pobres da capital do país e apresentam maiores deficiências em infraestrutura e serviços, particularmente as duas primeiras.

Estas cidades são essencialmente moradias ou "dormitórios" da força de trabalho ocupada em Brasília nas atividades de limpeza, vigilância, construção civil, transporte público, serviços pessoais, etc. Na Tabela

2 também pode ser verificado que existem regiões administrativas com crescimento negativo, dentre as quais se destacam Sobradinho, Núcleo Bandeirante e o Cruzeiro, que são três das mais antigas "cidades satélites" de Brasília. Estas cidades também foram afetadas pela elevação dos custos da terra e mudanças nos usos residenciais, o que ocasionou migração de famílias para outras regiões administrativas da capital. Essa pode ser uma hipótese para interpretar o crescimento negativo de várias cidades no âmbito do Distrito Federal, já que no conjunto e no período de 1996 a 2004 o DF teve uma expansão demográfica de 7.61%.

Tabela 2 - População da região Centro-Oeste, dos estados e seus 20 principais municípios e do Distrito Federal com suas regiões administrativas.

Região, Estados e Município	População em 1996	População em 2000	População em 2010	Crescimento Absoluto 2000-10	Crescimento Relativo 1996- 00
Região Centro-Oeste	10501480	11636728	14050340	3548860	33,79
Mato Grosso (141 Municípios)	2075177	2504353	3033991	958814	46,20
Cuiabá	433355	483346	551350	117995	27,23
Várzea Grande	193401	215298	252709	59308	30,67
Rondonópolis	142524	150227	195550	53026	37,20
Sinop	54306	74831	113082	58776	108,23
Cáceres	73596	85857	87912	14316	19,45
Tangará da Serra	50925	58840	84076	33151	65,10
Sorriso	26711	35605	66506	39795	148,98
Barra do Garça	47133	52092	56423	9290	19,71
Primavera do Leste	20983	39857	52114	31131	148,36
Alta Floresta	58187	46982	49233	-8954	-15,39
Lucas do Rio Verde	12647	19316	45545	32898	260,12
Pontes e Lacerda	40768	43012	41386	618	1,52
Juína	32221	38017	39260	7039	21,85
Juara	25710	30748	32769	7059	27,46
Guarantã do Norte	24210	28200	32150	7940	32,80
Poconé	30595	30773	31778	1183	3,87
Barra do Bugres	20571	27460	31058	10487	50,98
Colíder	28416	28051	30864	2448	8,61
Jaciara	20953	23796	25666	4713	22,49
Confresa	17196	17841	25127	7931	46,12
Total 20 Principais Municípios	1354408	1530149	1844558	490150	36,19
Mato Grosso do Sul (78 Municípios)	1927834	2078001	2449341	521507	27,05
Campo Grande	600069	663621	787204	187135	31,19
Dourados	153191	164949	196068	42877	27,99
Corumbá	89083	95701	103772	14689	16,49
Três Lagoas	74797	79059	101722	26925	36,00
Ponta Porá	58505	60916	77866	19361	33,09
Naviraí	34670	36662	46355	11685w	33,70
Aquidauana	40394	43440	45623	5229	12,94
Nova Andradina	34216	35381	45599	11383	33,27
Sidrolândia	18150	23483	42076	23926	131,82
Paranaíba	37594	38406	40174	2580	6,86
Maracaju	24621	26219	37407	12786	51,93
Amambaí	27935	29484	34739	6804	24,36
Coxim	28888	30866	32180	3292	11,40
Rio Brillhante	18660	22640	30647	11987	64,24
Caarapó	21427	20706	25763	4336	20,24
Miranda	20878	23007	25615	4737	22,69
Jardim	20570	22542	24363	3793	18,44
Anastácio	21378	22477	23846	2468	11,54
Bela Vista	20437	21764	23175	2738	13,40
Cassilândia	19570	20087	20932	1362	6,96
Total 20 Principais Municípios	1365033	1481410	1765126	400093	29,31

Tabela 2 - População da região Centro-Oeste, dos estados e seus 20 principais municípios e do Distrito Federal com suas regiões administrativas (continuação)

Goiás (246 Municípios)	4515868	5003228	6004045	1488177	32,95
Goiânia	1004098	1093007	1301892	297794	29,66
Aparecida de Goiânia	265868	336392	455735	189867	71,41
Anápolis	264975	288085	335032	70057	26,44
Luziânia	242522	141082	174546	-67976	-28,03
Rio Verde	100596	116552	176502	75906	75,46
Águas Lindas	N.E*	105746	159505	N.E	N.E
Valparaíso de Goiás	N.E*	94856	132947	N.E	N.E
Trindade	68838	81457	104506	35668	51,81
Formosa	68704	78651	100084	31380	45,67
Itumbiara	78669	81430	92942	14273	18,14
Novo Gama	60447	74380	95013	34566	57,18
Jataí	69192	75451	88048	18856	27,25
Planaltina	58576	73718	81612	23036	39,33
Catalão	58507	64347	86597	28090	48,01
Senador Canedo	44266	53105	84399	40133	90,66
Caldas Novas	39635	49660	70463	30828	77,78
Stº Antônio do Descoberto	46194	51897	63166	16972	36,74
Goianésia	46308	49160	59545	13237	28,58
Cidade Ocidental	33147	40377	55883	22736	68,59
Mineiros	33743	39024	52964	19221	56,96
Total 20 Principais Municípios	2584285	2988377	3771381	1187096	45,94

Distrito Federal	População em 1996	População em 2000	População em 2004	Crescimento Absoluto 96-04	Cresci-me. Relativo 96-04
Brasília	199.020	198.422	198.906	-114	-0,06
Gama	121.630	130.580	112.019	-9.611	-7,90
Taguatinga	221.250	243.575	223.452	2.202	1,00
Brazlândia	47.720	52.698	48.958	1.238	2,59
Sobradinho	101.090	128.789	61.290	-39.800	-39,37
Planaltina	115.830	147.114	141.097	25.267	21,81
Paranoá	47.160	54.902	39.630	-7.530	-15,97
N. Bandeirante	31.200	36.472	22.688	-8.512	-27,28
Ceilândia	342.830	344.039	332.455	-10.375	-3,03
Guará	102.910	115.385	112.989	10.079	9,79
Cruzeiro	55.730	63.883	40.934	-14.796	-26,55
Samambaia	157.400	164.319	147.907	-9.493	-6,03
Santa Maria	87.750	98.679	89.721	1.971	2,25
São Sebastião	44.180	64.322	69.469	25.289	57,24
Recanto das Emas	51.990	93.287	102.271	50.281	96,71
Lago Sul	28.410	28.137	24.406	-4.004	-14,09
Riacho Fundo	21.370	41.404	26.093	4.723	22,10
Lago Norte	25.700	29.505	23.000	-2.700	-10,51
Candangolândia	13.830	15.634	13.660	-170	-1,23
Total 21 Regiões Administrativas	1.817.000	2.051.146	1.830.945	13.945	7,61%

*NE: Não existia esse município em 1996.

Fontes: IBGE. Censo 2010. Cidades@ 2000/2007 e Contagem da População 1996. CODEPLAN – IDHAB/DF. Elaborado pela pesquisa: Ocupação Territorial e Prioridades Socioambientais no Centro-Oeste do Brasil. 2011;

“
**No Estado de Goiás
as cinco cidades
mais dinâmicas
demograficamente
são Senador Canedo,
Caldas Novas, Cidade
Occidental, Novo
Gama e Mineiros
(Tabela 2), as quais
apresentam fatores
econômicos diversos
e também distintos
aos comentados nos
casos dos estados de
Mato Grosso e Mato
Grosso do Sul.**”

A localização de estabelecimentos agroindustriais e de serviços que consolidaram a urbanização e a concentração regional e urbana no Centro-Oeste

A urbanização no Centro-Oeste foi determinada e consolidada por diferentes fatores aliados ao desenvolvimento do agronegócio, o qual ao tempo que concentrou a propriedade da terra e expulsou pequenos e médios proprietários do campo que migraram para as cidades, promoveu a instalação de agroindústrias e indústrias para agregar valor e melhorar a acumulação do capital nas regiões produtivas dos estados, gerando empregos e atração de trabalhadores para as cidades. Essa industrialização e urbanização demandaram serviços comerciais, bancários e pessoais com o qual se acelerou ainda mais a expansão dos centros urbanos nas regiões e municípios com crescimento agropecuário e industrial.

Convém examinar, então, fatores econômicos e aspectos específicos que influenciaram a expansão urba-

na das cidades mais importantes no Centro-Oeste:

No caso de Mato Grosso três centros urbanos importantes com expansão industrial significativa são Sorriso, Tangará da Serra e Rondonópolis em situações regionais diferentes. Sorriso, primeiro município produtor de soja e milho da região Centro-Oeste em 2007, encontra-se numa região altamente produtora de cereais do Estado e junto com Sinop, Lucas de Rio Verde e Nova Mutum, principalmente, integram um sistema de cidades dinâmico que tem contribuído para o fortalecimento agroindustrial de Sorriso. Tangará da Serra está numa nova região produtora de cereais com grande dinâmica e vizinha de municípios como Sapezal segundo produtor de soja do estado e de Campo Novo de Parecis, Diamantino e Campos de Julio, dentre outros, importantes produtores de soja, milho e sorgo do Mato Grosso. Segundo os dados de 2007, esta constitui nova região agrícola de grande importância neste estado. O caso de Rondonópolis como outra cidade importante em expansão industrial se deve tanto a sua localização estratégica, relativamente próxima da Capital e na via de saída aos portos, bem como a sua própria produção municipal e do seu entorno.

No caso de Mato Grosso do Sul, as cinco cidades de maior dinâmica demográfica foram, na sua ordem, Sidrolândia, Rio Brilhante, Três Lagoas, Navirai e Nova Andradina as quais tiveram como fatores dinamizadores as seguintes atividades econômicas e aspectos: Sidrolândia e Rio Brilhante são importantes produtores de grãos, bem como Navirai, porém em menor grau, as três estão localizadas na região centro-sul do estado e são beneficiadas por um sistema regional urbano altamente produtivo, que inclui Dourados como principal centro desse sistema. Três Lagoas sempre foi um importante centro urbano de apoio principalmente à pecuária, porém entre 1996

e 2006 teve o terceiro crescimento industrial relativo do estado em número de estabelecimentos e de pessoal ocupado. Nova Andradina apresenta diminuição do rebanho bobino e um incremento na ocupação do cultivo da cana de açúcar. Desta forma, o processo de urbanização dessas cinco cidades não está determinado por um mesmo fator econômico, foram determinantes a produção de grãos, a industrialização e a expansão da cana de açúcar.

No Estado de Goiás as cinco cidades mais dinâmicas demograficamente são Senador Canedo, Caldas Novas, Cidade Occidental, Novo Gama e Mineiros (Tabela 2), as quais apresentam fatores econômicos diversos e também distintos aos comentados nos casos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Senador Canedo é um município da Região Metropolitana de Goiânia, favorecido pela dinâmica dessa região urbanizada e pela proximidade da capital, além de que dispõe de um pólo de combustíveis e um processo mais recente de industrialização com a implantação de Distritos Industriais e a consolidação dos setores de alimentos e de cosméticos. Caldas Novas tem em diversas áreas de turismo o seu principal setor econômico dinamizador, o qual abrange desde as internacionalmente famosas águas quentes até o turismo de aventura, em trilhas e esportes radicais, bem como eventos musicais e de lazer. Cidade Occidental e Novo Gama estão localizadas na periferia do Distrito Federal, na denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF, criada em 1998 para realizar um planejamento regional de forma coordenada pela União, os Estados de Goiás e de Minas Gerais e o Distrito Federal. Essas duas cidades são também “Cidades Dormitórios” dos trabalhadores de Brasília e como tais experimentam uma forte dinâmica migratória. Mineiros é uma cidade do sudoeste goiano, vizinha de Jataí e do Rio Verde, que além de ser grande

produtora de grãos tem recebido importantes indústrias, incluindo uma filial de Perdígão.

Como pode ser observado nas análises anteriores o estado de Goiás apresenta uma maior diversificação dos fatores de urbanização e crescimento das suas cidades que os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e inclusive do Distrito Federal. De fato existem centros urbanos com dinâmica demográfica a partir da localização na região metropolitana de Goiânia, da localização de distritos industriais nos seus municípios, da expansão de atividades agrícolas ou industriais nos territórios municipais ou nas regiões onde se encontram localizados, bem como pela atividade turística.

No Distrito Federal a urbanização está evidentemente impulsionada por fatores específicos. Desde a sua própria construção, quando foi chamada a “Capital da Esperança” e a “Capital do Trabalho”, os migrantes não param de chegar de todos os cantos do Brasil e de todos os níveis sociais, porém, em maior número das classes sociais mais pobres. As cidades de maior crescimento no Distrito Federal são Recanto das Emas, São Sebastião, Riacho Fundo, Planaltina e Guará (Tabela 2). Todas essas cidades, hoje pertencentes a Regiões Administrativas da estrutura de gestão territorial do DF, foram criadas em anos diferentes e por isso com graus de consolidação diversa. Recanto das Emas, São Sebastião e Riacho Fundo são de criação posterior a Guará e Planaltina, sendo que esta última era o único centro urbano anterior a própria fundação da Capital Federal. As cinco cidades são, pela sua função, das denominadas “Cidades Dormitórios”, sendo que Recanto das Emas e São Sebastião foram criadas em 1993 e são as mais pobres das cinco. Riacho Fundo, foi criada em 1990, é a mais consolidada e nela habitam famílias de maiores recursos econômicos que nas duas anteriores. Guará é dentre as quatro cidades diferentes de Planaltina a

“
É no Distrito Federal e no seu entorno onde se registraram as maiores invasões de terras e o surgimento de favelas que têm exigido grandes esforços do Governo Federal e do DF para melhorar as condições de vida dos assentados, mas por sua vez essas ações têm promovido novas migrações e a criação de ...”

mais antiga, fundada em 1967 e hoje de melhor estrutura urbana que as outras três e ocupada por famílias na maioria de classe média. Planaltina, cuja fundação acredita-se foi no final do século XVII, é uma cidade mais diversificada socialmente que as outras quatro, com bairros de classe média e outros de classe pobre na periferia. Estas cidades tem se desenvolvido como consequência da busca de moradia no Distrito Federal, cujos valores da terra e aluguel são dos mais altos do Brasil e terminam por expulsar de forme periódica à população de menor renda para cidades e bairros mais periféricos da Capital.

Cabe finalmente reiterar que o crescimento das cidades no Centro-Oeste não obedece a um mesmo fator econômico e, pelo contrario, é a expressão da diversidade de processos sócio-econômicos que ocorrem no território do Brasil. Como mencionado na análise anterior, a agricultura é evidentemente o principal sector

econômico dinamizador dos centros urbanos na macro-região, porém também tem importância o desenvolvimento regional conjunto com cidades vizinhas, a industrialização, os serviços de apoio á produção e á população e também a localização em áreas próximas de grandes cidades como Brasília e Goiânia, que geram migração para suas áreas do entorno.

Algumas mudanças nas condições de vida da população em geral e de grupos específicos no Centro-Oeste

Nesse contexto de ocupação territorial e urbanização do Centro-Oeste, ocorreram também mudanças nas condições de vida de grupos sociais específicos e da população em geral. A mudança social de maior significação foi a expulsão dos pequenos e tradicionais produtores rurais e a migração para os grandes centros urbanos da região, os quais se expandiram também pelo crescimento vegetativo da população que nunca deixou de crescer, embora com índices decrescentes até agora. Boa parte dessa nova população urbana se localizou ou cresceu na periferia das grandes e medias cidades do Centro-Oeste, cujos bairros apresentavam algumas deficiências em serviços básicos e equipamentos sociais.

Nas análises de campo na pesquisa sobre ocupação territorial no Centro-Oeste foi verificado que algumas cidades tem se urbanizado sem invasões, sem ocupações de terras ou urbanizações não legalizadas, mas também existem casos em que foram realizadas urbanizações não planejadas e onde as desigualdades sociais são significativas. É no Distrito Federal e no seu entorno onde se registraram as maiores invasões de terras e o surgimento de favelas que têm exigido grandes esforços do Governo Federal e do DF para melhorar as condições de vida dos assentados, mas por sua vez essas ações têm promovido novas migrações e a criação de novas cidades na capital federal, em um processo sem fim.

Não estão disponíveis dados sobre indicadores que permitam uma análise objetiva das mudanças nas condições de vida da população do Centro-Oeste com a intensa urbanização ocorrida no transcurso de quatro décadas, a partir dos anos 70. Dispõe-se de algumas informações segmentadas de períodos diferentes sobre instalações de água encanada e de esgoto e sobre mortalidade infantil e leitos de internação nos hospitais de períodos mais recentes (NEGRET, 2011).

Com relação às instalações de redes de água e de esgoto estão disponibilizados dados pelo Ministério de Saúde para o período entre 1991 e 2000, com base nos quais se estabeleceu que houvesse um avanço na cobertura desses serviços nos principais e na maior parte dos municípios dos estados do Centro-Oeste, pois melhorou a proporção de moradias que dispõem dessas instalações. As redes de esgoto também melhoraram, porém em um grau bastante menor que as de água encanada e as desigualdades eram notáveis, tanto entre estados como entre os municípios.

Um indicador importante sobre condições de vida é a mortalidade infantil e sobre o qual se dispõe de dados para o período 1997-2007 para os municípios dos três estados e do Distrito Federal. Essas informações mostram um avanço geral na saúde infantil, havendo não entanto alguns poucos municípios que pioraram nesse indicador. Uma análise sobre a disponibilidade de leitos de internação mostra também uma melhoria desta infraestrutura em praticamente todos os municípios do Centro-Oeste.

Com base nos indicadores de instalações de água, esgoto e saúde, se pode concluir que as condições de vida no Centro-Oeste tem tido uma evidente melhoria, entretanto a desigualdade entre municípios e cidades no interior da região e dos estados é ainda muito grande. Essa desigualdade não é fácil de ser explicada,

porque as deficiências em serviços sanitários e de saúde aparecem entre centros urbanos de diferentes estados, localizações diversas, distintos níveis de desenvolvimento econômico regional e hierarquia urbana, e, por tanto, a urbanização, por si só, não é explicativa.

Menção específica deve ser feita sobre a dramática situação de comunidades indígenas pela usurpação permanente de suas terras e a ocupação para agronegócios. Não existem informações sistemáticas sobre a situação das terras indígenas, nem das condições de vida destas comunidades no médio rural nem urbano, somente dispõe-se de alguns dados da FUNAI e de outros trabalhos dispersos. Porém, é conhecida a situação social lamentável que ocorreu e ainda ocorre na região Centro-Oeste com a expulsão violenta das comunidades indígenas, a usurpação das suas terras e a ocupação mais recente de várias áreas destas populações tradicionais para o cultivo da soja. Não existem dados sobre a dimensão territorial das terras que supostamente ocupavam e utilizavam essas comunidades para a sua sobrevivência, somente alguns dados gerais.

Um trabalho do governo do estado de Mato Grosso (2006) assinala que as 124 terras indígenas que existem na região Centro-Oeste ocupam uma área total de 14.462.380 hectares e significam 9% do total do território. Entretanto sabe-se que grande parte destas terras está em litígio e tem sido e estão sendo ocupadas por grandes produtores de soja. Trabalhos realizados pela ONG Cordaid de Holanda (2008) denunciaram que terras indígenas estavam sendo ocupadas e outras se encontram sitiadas pelos cultivos de soja, sendo contaminadas as águas, diminuídas a fauna e a flora e restringidas as possibilidades de caça das comunidades. Outra denúncia vem da ONG Repórter Brasil que avaliou os processos de desmatamento, desertificação e contaminação de solos e água de diversas reservas indígenas.

“

Mato Grosso do Sul é onde maior número destas comunidades se localiza, seguido de Mato Grosso. Surpreende que o número de indígenas de Goiás seja muito similar ao do Distrito Federal, sendo o território deste último bem menor. Igualmente é relevante registrar que os indígenas nestas duas entidades federadas estão altamente urbanizados (Tabela 3).

”

Esses estudos revelaram que das 78 terras indígenas de Mato Grosso, pelo menos 30 tem partes ocupadas, chegando a plantar soja em mais de 10.000 hectares (O GLOBO, 2010).

A população total indígena que subsiste no Centro-Oeste é de 130.494 pessoas e equivalem a 0,95%, do total de 13.697.475 habitantes da região. Desse número de indígenas 73,77 residem no meio rural e 26,23% no meio urbano. Mato Grosso do Sul é onde maior número destas comunidades se localiza, seguido de Mato Grosso. Surpreende que o número de indígenas de Goiás seja muito similar ao do Distrito Federal, sendo o território deste último bem menor. Igualmente é relevante registrar que os indígenas nestas duas entidades federadas estão altamente urbanizados (Tabela 3).

Tabela 3
Grupos indígenas e população rural e urbana por estado 2010

Estado	Nº de Etnias	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
Mato Grosso	42	5.821	13,68	36.717	86,32	42.538
Mato Grosso do Sul	9	14.457	19,45	59.838	80,55	74.295
Goiás	3	8.019	93,97	514	6,03	8.533
Distrito Federal	-	5.991	97,84	187	3,06	6.123
Total Centro-Oeste	54	34.238	26,23	96.256	73,77	130.494

Fontes: IBGE 2010, FUNAI. Elaboração desta Pesquisa.

Cabe comentar finalmente que alguns estudos e pesquisas de opinião mostram que o processo de democratização vivido pelo Brasil tem levado a um maior reconhecimento e aceitação pela sociedade dos direitos dos indígenas, porém também é uma realidade que ainda muitas comunidades lutam pela terra que lhes foi usurpada e por melhorar as suas condições de vida.

4. Conclusões finais e algumas sugestões para subsidiar políticas públicas

- A região Centro-Oeste é o território nacional com maiores transformações na ocupação do território e na dinâmica econômica induzidas por políticas e obras públicas. Essas mudanças geraram concentração das atividades econômicas, urbanização e desigualdades regionais.
- A ocupação territorial com o agronegócio gerou como fenômeno social mais relevante no Centro-Oeste a urbanização da população, já que passou de 48,05% em 1970 para 86,81% em 2007.
- O Agronegócio foi efetivamente o fator inicial de dinamização econômica na região, mas a posterior instalação de agroindústrias, de indústrias

e de serviços em algumas cidades, consolidou sistemas regionais urbanos que concentraram os fluxos de bens e serviços nas regiões com maiores atividades econômicas em cada estado e se ampliaram as desigualdades regionais (Figura 1).

- No Centro-Oeste coexistem regiões e municípios com ampla produção em diferentes setores, outros com diminuição da produção, alguns praticamente estagnados e vários em franco retrocesso. Igualmente existem cidades consolidadas pela industrialização, pelos serviços financeiros e de apoio à produção e à população, pelo turismo, pela localização regional estratégica, etc. Ou seja, a dinâmica regional urbana no Centro-Oeste é diversa e complexa e tem ampliado as desigualdades econômicas e sociais.
- As condições sociais de vida dos habitantes, analisadas com base na cobertura de água, esgoto, equipamentos de saúde e mortalidade infantil, mostram uma melhora geral na região. Entretanto, existem desigualdades e alguns municípios têm empiorado em esses indicadores.

- As comunidades indígenas continuam sendo as de piores condições de vida e as que merecem atenção prioritária. Ainda existe a usurpação das suas terras, existem grupos étnicos habitando áreas sem demarcação e continuam os conflitos e violência com a ocupação destes territórios pelos produtores de soja.
- Os incentivos têm sido as políticas públicas mais convencionais para diminuir desigualdades regionais, porém ao tempo que têm contribuído para desenvolver regiões tem aumentado essas desigualdades. Desta forma, corresponde aos governos federal e dos estados, melhorar as condições de vida das regiões atrasadas e com menores recursos, tornando prioritários os investimentos sociais.
- A distribuição dos recursos naturais e das potencialidades é desigual regionalmente, sendo um desafio atingir a igualdade socioambiental em todo o território. Porém, é necessário conhecer potencialidades e vulnerabilidades para saber realmente as possibilidades de desenvolvimento de cada região.

- i. As necessidades sociais são muitas e os recursos financeiros para atendê-las são poucos. Por isso a conveniência de se conhecer as prioridades sócio-ambientais nos municípios e comunidades locais para atuar de forma direta sobre aqueles aspectos socialmente prioritários.

Referências

- CASTELLS, Manuel. *Los Elementos de la Estructura Espacial*. El Concepto de Espacio. La Cuestión Urbana. Siglo XXI. México, 1976.
- CORAGGIO, José Luis. *Sobre la Espacialidad Social y el Concepto de Región*. Territorios en Transición. Ciudad. Quito; Ecuador: Centro de Investigación, 1988.
- CORDAID Fundação; DOEM Solidaridad; ONG Repórter Brasil. *O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade – Soja e Mamona*. São Paulo: Gráfica Eskenazi. DCI – Diário, Comércio e Indústria & Serviços, 2008. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>> Acesso em: 23 abr. 2012.
- EMBRAPA. Tecnologias de Produção de soja. Região Central do Brasil 2004. *Sistema de produção*, n. 4. Embrapa soja. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/produçao-soja/sojano.Brasil.htm>> Acesso em: 13 dez. 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. SEPLAN. *Regiões de Planejamento*. Goiânia, 2005.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO – SEPIN DA SEPLAN DE GOIÁS. *Estatísticas Municipais*. Series Históricas, 2012. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/estatistica_bde.asp. Acesso em: 23 abr. 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIENCIA E TECNOLOGIA – SEMAC. MS. *Produto Interno Bruto Municipal*. 2002-2009. Campo Grande, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Site IBGE Bases de Dados Cidades@ e SIDRA*. <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Contagem da População 1996*, 1997. v. 1. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Regiões de Influência das Cidades*, 2008. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Cadastro Central de Empresas, 1996-2006*. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Perfil dos Municípios Brasileiros, 2008-2009*. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Séries Estatísticas & Series Históricas Atividade Industrial, 1996-2006*. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- _____. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2010*. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/indigenas-estao-presentes-em-80,5-dos-municipios-brasileiros,-diz-ibge-id290555.html>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- IPEA/IBGE/NESUR (IE UNICAMP) *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. v. 1/2. Campinas. Unicamp. 1999.
- REDES Urbanas Regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Brasília: IPEA-IBGE, 2002.
- REGIÃO e Espaço no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. A Região Centro-Oeste e o Desenvolvimento Agrícola Brasileiro. Rio de Janeiro, 2003.
- MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração*. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil*. 2006-2009.
- NEGRET, Fernando. *Ocupação Territorial e Prioridades Socioambientais no Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Editorial Paralelo, 2011.
- ALGUNAS Consideraciones y Conceptos sobre la Investigación del Espacio, el Territorio, lo Regional-Urbano, la Región y la Ciudad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1997.
- O GLOBO CIDADES. *Terras Indígenas de Mato Grosso são Desmatadas para o Plantio de Soja*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades.mat.2010>> Acesso em: 18 out. 2010.
- TEIXEIRA, Jodenir C.. HESPANHOL, Antônio N. A Região Centro-Oeste no Contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós 1960. *Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 1. n. 3, ano 3, p. 52-66, 2006.